



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 025

SÁBADO, 23 DE ABRIL DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 47ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Metas de combate às endemias tropicais, a serem desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 32º aniversário da atuação do Primeiro Grupo de Aviação de Caça na II Guerra Mundial.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Considerações sobre o funcionamento dos Kibutzim em Israel.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Apelo em favor da Sra. Dora Bloch, que detida em Uganda, continua com seu paradeiro desconhecido. Manifesto do MDB, sobre os recentes acontecimentos políticos no País.

DEPUTADO LAERTE VIEIRA — Transmitindo ao Sr. Ministro da Fazenda apelo recebido da firma Tintas Hering S.A. de Blumenau—SC, referente à importação de tintas artísticas, em detrimento de similar nacional.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO OLIVEIRA — Congratulando-se com o Grupo Armando Monteiro, pela inauguração, na cidade do Recife—PE, do concessionário Mercedes Benz — NORASA.

DEPUTADO CESAR NASCIMENTO — Apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido da extensão aos Estados do Sul dos financiamentos às pequenas e médias empresas, constantes do PROGIRO. Aspectos das liquidações de empresas de poupança que vêm ocorrendo no País, tendo em vista o interesse de seus depositantes.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.499, de 20 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a prorrogação do benefício fiscal concedido às empresas comerciais exportadoras de que trata o art. 4º do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972. **Aprovado, à promulgação.**

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Atuação do Sr. Jayme Vieira à frente do Departamento de Fazenda do Município de Duque de Caxias—RJ.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — “Dia do Índio”.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Crônica do General Iberê de Matos, ex-Prefeito de Curitiba—PR, intitulada “O Criminoso Passeio do Trigo”.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Livro de autoria do Sr. Richard Wurmbrand, da Igreja Luterana, sob o título “Cristo em cadeias comunistas”.

DEPUTADO OCTACÍLIO QUEIROZ — Deficiências dos transportes na capital do Estado da Paraíba. Apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, com relação ao problema de ligações telefônicas na cidade de João Pessoa—PB.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Defesa de medida que estaria sendo estudada pelo Ministério da Fazenda, objetivando o aumento da cota de compras efetuadas na Zona Franca de Manaus por turistas.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira próxima, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso Cr\$ 1,00)

Tiragem 3.500 exemplares

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 12/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.502, de 22 de dezembro de 1976, que revoga o Decreto-lei nº 1.425, de 3 de novembro de 1975, que autoriza restituição do Imposto sobre Produtos Industrializados à TELEBRÁS, suas subsidiárias, associadas e demais concessionárias dos serviços de telefonia. **Aprovado**, à promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 13/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.496, de 20 de dezembro de 1976, que

altera a redação do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções, e dá outras providências, modificado pelo Decreto-lei nº 1.402, de 23 de maio de 1975. **Aprovado**, à promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 20ª Sessão Conjunta, realizada em 16-3-77.

ATA DA 47ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Braga Junior — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Benjamim Farah — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA;

Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydelkel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Haddad — ARENA; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac-Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch —

MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Francisco — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB — Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Lossó — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan —

MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jai-son Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacyr Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossier Almeida.

O SR. NOSSIER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sustentando a tese segundo a qual as endemias tropicais nada mais são do que doenças do subdesenvolvimento, o Ministro da Saúde, Prof. Paulo de Almeida Machado, salientou que as principais metas da sua Secretaria de Estado se configuram na melhoria das habitações, na educação sanitária e no saneamento básico nas zonas rurais.

Advertiu S. Ex.^a que "somente essas medidas, executadas ao mesmo tempo em que é feito o tratamento ao doente e o combate aos vetores, resultarão no verdadeiro controle das chamadas grandes endemias brasileiras".

Tais declarações foram feitas numa conferência, perante duzentos especialistas brasileiros e estrangeiros, no II Congresso Mundial de Broncoesofagologia, realizado no Anhembi, em São Paulo.

Classificando a malária, a esquistossomose, a doença de Chagas e a febre amarela como "doenças do subdesenvolvimento", o titular da Pasta da Saúde expôs, na oportunidade, os recentes trabalhos do seu Ministério na realização do Programa Especial de Controle da Esquistossomose que, há catorze meses, vem desenvolvendo tecnologia totalmente nova.

Esclareceu S. Ex.^a:

"O primeiro passo foi estudar o ecossistema em que vivem os transmissores da doença, para detectar-se os períodos de máxima e mínima possibilidade de transmissão. Mais de seis mil estações foram instaladas, todas em regiões hiper-

endêmicas, para estudo dos caramujos que transmitem as doenças. Depois disso, saíram a campo as equipes encarregadas do tratamento do doente e combate ao problema de infestação do caramujo e contaminação do homem pelos vetores. Segundo cálculos de probabilidade, os resultados foram satisfatórios, uma vez que já conseguimos reduzir em quatro por cento o número de portadores originais e em cinco por cento o dos vetores detectados no início do programa."

A conferência do Ministro demonstra que os nossos problemas sanitários passam a obter um tratamento eminentemente científico, o que explica um êxito revelado pelo Ministro da Saúde:

"Nenhuma região no mundo conseguiu conter a malária nas proporções e condições que o Brasil tem obtido. Em uma área de 6,9 milhões de quilômetros quadrados, que interessa a 44 milhões de habitantes, nos últimos 14 anos muito se tem feito."

Em seguida, assinalou que, na floresta equatorial úmida da Amazônia, já há uma extensão superior a 260 mil quilômetros quadrados, em que a transmissão da malária foi interrompida e o índice de positividade foi reduzido em 3,6%, em 1976.

Demonstrou que, com a vacinação, há períodos de doze meses sem um só registro da febre amarela, que ainda não foi eliminada por causa da reintrodução do vetor, provindo de outros países, pois a doença ainda persiste até nos Estados Unidos.

Além disso, são claras as possibilidades de manter-se a doença de Chagas sob vigilância em pelo menos sessenta por cento da área originalmente chagásica, "o que também dependerá de um programa de educação sanitária e ação sistemática dentro dos mais rigorosos cronogramas".

Ao emprestar repercussão, nesta alta tribuna do Parlamento, às declarações do Ministro da Saúde, decerto um dos nossos melhores cientistas, queremos fazer votos para que da sua ação, à frente da pasta, resultem crescentes benefícios para a melhoria do quadro sanitário brasileiro, o que se refletirá no aumento da produtividade e na aceleração dos nossos níveis de desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Transcorre hoje o 32º aniversário da atuação do Primeiro Grupo de Aviação de Caça na Segunda Guerra Mundial.

O dia 22 de abril é consagrado à Aviação de Caça por ter sido a data das maiores missões do Primeiro Grupo de Caça.

Com apenas 22 pilotos, foram destruídos, naquele dia, em 1945, 97 transportes a motor, avariados 17, destruído um parque de viaturas e imobilizados 35 veículos, destruídos 14 edifícios ocupados, avariados mais três. Avariadas ainda uma ponte rodoviária, uma ponte de balsa e outra ferroviária, esfaceladas três posições de artilharia e um sistema de trincheira de grande importância.

Dos 48 pilotos que constituíam o Primeiro Grupo de Caça na Segunda Guerra Mundial, apenas 23 chegaram às últimas missões. Cinco foram feitos prisioneiros, outros foram mortos em combate e outros retirados de atividades por problemas de saúde.

Criado em 18 de dezembro de 1943, o Primeiro Grupo de Caça da nascente Força Aérea Brasileira foi a única unidade aérea sul-americana a cruzar os céus da Itália para combater as forças do Eixo, ao lado das nações aliadas. Nossa entrada na guerra representou toda uma gama de sacrifícios, não só por parte do Governo, mas também dos pilotos e do pessoal de apoio, que se deslocaram para os Estados Unidos com o objetivo de receber formação à altura da missão de guerra.

O recrutamento dos pilotos brasileiros processou-se através de um voluntariado, fato que muito contribuiu para a garantia de um moral elevado, posto a prova nas mais difíceis missões de guerra. O Grupo, após passar vários meses de intensivo treinamento orientado

pelos norte-americanos, no dia 10 de setembro de 1944 embarcou com destino à velha Europa, a bordo do navio transporte **Colômbie**, pertencente à Marinha estadunidense. O desembarque na Itália ocorreu a 6 de outubro daquele ano, no porto de Livorno, na Costa Ocidental italiana. Na Turquinia teve o seu primeiro aeródromo. Ali instalou suas barracas e passou a operar normalmente com seus aviões P. 47 **Thunderbolt**, modernos caças, à época, fornecidos pelos norte-americanos. Já ostentando as nossas cores, o Grupo incorporou-se imediatamente ao 35º Regimento de Caça Norte-Americano, que mantinha três outros grupos de caça.

Realizando seus primeiros vôos de experiência e fazendo reconhecimento da região, o Primeiro Grupo de Caça iniciou suas atividades operacionais de guerra no dia 14 de outubro de 1944, fazendo tremular, pela primeira vez, o pavilhão nacional em terras inimigas. A cerimônia de hasteamento de nossa bandeira foi precedida da leitura da primeira Ordem do Dia do Comandante do Grupo, Major Nero Moura, que inseria o seguinte texto:

"Na história dos povos coube-nos, assim, a honra de sermos a primeira Força Aérea Sul-Americana que cruzou oceanos e veio alçar as suas asas sobre os campos de batalha europeus. Antes de entrar em ação, aqui no Velho Mundo, o Primeiro Grupo de Caça cumpre o sagrado dever de plantar em território inimigo a bandeira do Brasil."

"Camaradas: para a frente, para a ação, com o pensamento fixo na imagem da Pátria, cuja honra e integridade juramos manter incólumes. Cumpre-nos tudo enfrentar, com fortaleza de ânimo, a fim de manter intato esse tesouro jamais violado: a honra do soldado brasileiro... e nós o faremos, custe o que custar."

Na oportunidade, Sr. Presidente, passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, a Ordem do Dia baixada hoje pelo Ministro da Aeronáutica.

"Meus Camaradas.

As alianças exprimem a realidade de uma época. Estão presas a um contexto histórico que as valida no campo moral e lhes traça o perfil no plano das ações. Esta visão de temporalidade, nas relações internacionais, não implica, em absoluto, no esquecimento dos vínculos do passado, antes espelha a independência que deve presidir todos os atos de uma nação soberana.

O envolvimento brasileiro, na ação aliada, durante a II Grande Guerra, muito acima da composição das Forças, representou uma profissão de fé no valor da liberdade.

A atuação da Força Aérea Brasileira nos céus da Itália, cujo esforço máximo do seu 1º Grupo de Caça hoje comemoramos, simboliza o compromisso de nossa Força Aérea com os ideais de autodeterminação deste País. Compromisso assumido no alvorecer de nossa história, honrado na guerra e preservado, de geração a geração, como sentido maior de nossa existência.

Os que perderam suas vidas, em defesa de um mundo ameaçado, não o fizeram lutando contra povos mas contra princípios ideológicos que resultaram na mais torpe tentativa de dominação que, até então, conhecíamos. O fracasso desse sonho louco não foi suficiente para convencer o mundo da insensatez das guerras de conquista.

A expansão do Comunismo Internacional, que o mundo complacentemente tolera, é um exemplo de omissão, cujas consequências são imprevisíveis. Ganhamos a Guerra, mas a Paz, conduzida por caminhos dúbios, levou-nos aos dias incertos de agora.

Que esta data festiva para a Força Aérea Brasileira, preito de gratidão ao heroísmo e ao desprendimento do passado, seja, também, a oportunidade para alertarmos, aos mais jovens, de que as guerras podem existir independentes dos combates e que a paz nem sempre é uma conquista estável e permanente, pois na própria estratégia do Mundo

Comunista ela é, apenas, a continuação da guerra por outros meios."

Sr. Presidente, já não é preciso aditar outras razões para justificar minha presença nesta tribuna, a fim de homenagear a gloriosa Força Aérea Brasileira, pelo transcurso de mais um aniversário da heroica participação do Primeiro Grupo de Aviação de Caça na Segunda Guerra Mundial.

Isto basta! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Israel: Kibutz — Uma Experiência Revolucionária

Os **kibutzim** são aldeias coletivas, formadas por 30 a 600 famílias. De acordo com esse número, é feita a distribuição da área de terra pelo Governo, por 49 anos, em contrato que pode ser renovado.

As instalações, residências, equipamento agropecuário etc., são financiados pelo Governo, que cobra juros. A água para irrigação também é fornecida pelo Governo, que cobra 60% do custo.

O **Kibutz Saad**, por exemplo, é constituído por 120 famílias, com mais de seiscentas pessoas adultas e trezentas crianças.

As crianças repousam em dormitório coletivo, que pertence à própria escola, onde cursam o ensino primário. Os alunos que têm vocação e desejam estudar, o **kibutz** custeia o estudo, inclusive no curso superior.

Uma vez por semana reúne-se um grupo de agricultores para traçar o plano de trabalho semanal, o qual é transmitido e controlado por computador, que mantém também rigoroso controle sobre o consumo e aproveitamento da água, registrando qualquer anormalidade. O teletipo registra até mesmo nuances dos ventos nas lavouras.

Segundo se afirma, com o uso do computador, foi reduzido o consumo de água em 10% e aumentado o volume da produção em 5%. Poucos são os **kibutzim** que possuem computador, no entanto.

O **Kibutz Saad**, além de plantações de trigo, algodão, cítricos, melancias etc., possui maravilhoso plantel de gado **Friesian**, tipo holandês. Duzentas vacas de ordenha e cem em descanso. As vacas, em modernos estábulos, são ordenhadas três vezes ao dia: às 3 horas da madrugada, às 12 e às 19 horas. Cinco pessoas executam a ordenha com moderno equipamento. A média do rendimento é 30 litros diários por vaca.

O **kibutz** conta com cinema (duas vezes por semana), campo de desportos, piscina e outros meios de recreação.

A alimentação, em amplo, arejado e limpo refeitório, é servida coletivamente. Carne, verduras, legumes e frutas formam o substancioso e apreciado cardápio.

As refeições nos **kibutzim** são preparadas por homens e servidas por senhoras, senhoritas e homens, em permanente rodízio. Existem homens que ocupam cargos importantes no Governo ou no Magistério e pertencem aos **kibutzim**. Entre estes está o atual Ministro das Relações Exteriores de Israel. Aos sábados ou outros dias, quando voltam ao seu **kibutz**, cumprem seus deveres como qualquer outro integrante da aldeia.

Anualmente os eventuais líderes do **kibutz** se reúnem, fazem as contas e, após pagas as dívidas — prestações, etc. — determinam a aplicação dos lucros em melhoramento da aldeia. Em verdade, os que vivem nos **kibutzim** não precisam de dinheiro, pois têm roupa, boa moradia, alimentação, colégio, assistência médica, recreação etc.

O **kibutz** a que nos referimos conta com a área de 700 hectares de terra, a metade irrigada, e no ano passado a produção alcançou 3 milhões de dólares.

Outro, **kibutz**, o **Bvor-Hayil**, situado a pouca distância, é constituído por 80% de brasileiros. Numa área de 1.000 hectares, vivem e trabalham 700 pessoas, divididas em 130 famílias com 250 crianças.

Numa gigantesca coluna do Centro Cultural, está escrito: "Este Centro Cultural foi erguido à memória do grande brasileiro e amigo do povo de Israel, Osvaldo Aranha — 1966".

O **kibutz**, muito adiantado e próspero, além das plantações e laticínio, conta com moderno escritório de planejamento (cinco técnicos), produção de carne de galinha, indústria de cerâmica, moderna fábrica de desidratação de batatas, cenouras, cebolas e diversas verduras.

A produção deste **kibutz** anda na casa dos sete milhões e meio de dólares por ano.

O Sr. Mário Vizemberg, natural de Belo Horizonte, um dos líderes do **kibutz**, acompanhou-nos em toda a parte, fornecendo as mais amplas informações e cercando-nos de cativantes atenções.

A despeito dos surpreendentes e positivos resultados que estas aldeias apresentam em Israel, não acreditamos que os **Kibutzim** possam funcionar em outros países, pelo menos nas condições verificadas entre os hebreus. Isto porque, além da ótima organização, da agropecuária cientificamente executada, os homens e mulheres dos **kibutzim** estão ligados por um ideal de amor quase fanático pela sua terra, na certeza de que, no desdobramento das suas atividades, cumprem os preceitos da Bíblia, guardados nos pergaminhos há milênios. O resultado desse conjunto de esforços físicos e espirituais é o milagre da frutificação da terra.

Quando deixava o **Bvor-Hayil**, o sol mergulhava no ocidente, tingindo o céu com um poema de cores. Naquela hora evocativa lembrei-me do que registra a Bíblia sobre Israel: "Terra de trigo, cevada, vinho, romãs; terra de oliveiras, leite e mel". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O princípio de defesa dos direitos humanos é um dos mais altos da história da estirpe humana. Defendê-lo é um direito sagrado, vivê-lo deve ser simples, porque viver os direitos humanos é como tomar ar para o organismo, ainda que nem todos entendam assim.

Num avião da Air-France, partido de Atenas, parou em Entebbe um grupo de homens, mulheres e crianças — Entebbe como todos sabem é Uganda. Entre os prisioneiros constava uma senhora, Dona Dora Bloch. Esta senhora, por certas circunstâncias e por doenças, não foi levada pelos seus companheiros e amigos. Ficou em Uganda. Até hoje, não se dá uma explicação de sua vida, do seu paradeiro certo. Foi para o Hospital a Sra. Dora Bloch, com 75 anos de idade. Enquanto os passageiros do avião da Air France saíram de Uganda, ela permaneceu!

Não discuto se é israelense ou israelita, se é brasileira ou da Patagônia; discuto que é um ser humano; além de ser humano, uma senhora; além de ser humano e uma senhora, uma pessoa de 75 anos de idade. Até hoje, não se diz alguma coisa sobre o destino correto dessa senhora. Por quê?

Como representante do povo do Brasil e do Amazonas, eis-me aqui a clamar a favor dos direitos humanos e de que se dê uma notícia, se solte ou se apresente esta senhora, de quem não tenho outros conhecimentos a não ser de escritos inclusive do que se lê, no livro: **90 Minutos em Entebbe**, de William Stevenson. Este ilustre escritor na página 185 diz:

"Por que não a entregaram ao Cônsul da Inglaterra quando ele a procurou no domingo, 4 de julho, depois da operação do resgate? Por que, de repente, somos notificados ominosamente que as autoridades de Uganda não sabem de seu paradeiro quando ela foi retirada resistindo e gritando por quatro funcionários do hospital?"

"Aqui nós temos esse espetáculo incrível e macabro de um estado declarando guerra a uma senhora de 75 anos."

Sr. Presidente e eminentes Pares do Brasil, se o Governo de Uganda não está implicado, que ele nos apresente Dora Bloch. É o que diz o escritor e eu faço o apelo a Sua Excelência o dinâmico Presidente Idi Amin Dada para que apresente ao mundo, e aos parentes, esta senhora, Dona Dora Bloch.

Leia-se outro ponto, página 197 do mesmo livro:

"... na Câmara dos Comuns da Inglaterra, ontem, um ministro do governo disse que Dora Bloch fora visitada no hospital por um membro da Alta Comissão no dia seguinte do ataque de Israel... O diplomata informou que ela estava sob as vistas de dois homens em trajes civis e quando voltou uma hora depois não lhe permitiram mais que a visse.

Pessoas do Hospital Mulago informam que seus registros mostram a entrada de Dora Bloch na última sexta-feira mas nada dizem quanto ao seu tratamento ou alta do hospital."

Ainda o escritor, no mesmo livro, assevera, Sr. Presidente:

"Isso foi o que disse o Ministro do Exterior de Uganda perante o Conselho de Segurança.

Dora Bloch foi visitada no hospital por um diplomata inglês no domingo, dia 4 de julho, depois da operação de resgate em Entebbe, conforme foi claramente declarado aqui perante este Conselho pelo representante da Inglaterra. O diplomata disse que ela estava sob a guarda de dois homens, e quando ele voltou, uma hora depois, não lhe deram mais permissão para vê-la. Fomos informados ontem pelo representante da Inglaterra que esse diplomata está sendo expulso de Uganda hoje."

Sr. Presidente, eminentes Pares, repito meu apelo ao Presidente Idi Amin Dada que apresente ao mundo — como uma resposta, em certo sentido de respeito aos direitos humanos — esta senhora que não tenho a honra de conhecer, nem de conhecer os detalhes de sua vida. Apenas sei que é um ser humano, é uma senhora de 75 anos.

Não sei se o tempo, Sr. Presidente, dada a rigidez do Regimento, me permite mais um minuto e sessenta segundos. Em sendo assim, já que recebo mais tempo, quero deixar lida a nota do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar a campanha) — A Presidência comunica a V. Exª que expirou o prazo regimental que lhe era destinado. Gostaria que V. Exª concluísse seu pronunciamento.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM) — Sendo assim, eis que vou concluir, em face da ordem de V. Exª.

"O Movimento Democrático Brasileiro está consciente que a situação que se criou com a outorga autocrática de uma legislação casuística transborda de seus interesses de Partido para ferir toda a Nação.

Nesta hora histórica o dever partidário fundamental é o de lutar, ao lado de todos os homens livres deste País, para que se devolva ao povo o direito, duramente conquistado, de decidir o seu próprio destino.

Nesse sentido, além do pensamento do Partido, já expresso em nota oficial e nos discursos dos Líderes Franco Montoro e Alencar Furtado, o MDB adotará as seguintes providências:

1. Consultar as bases partidárias e outras forças representativas da sociedade brasileira sobre a deflagração de um amplo movimento nacional pela convocação de uma assembleia constituinte, que restabeleça o Estado de Direito no País.

2. Realizar um Seminário sob a direção do Instituto Pedroso Horta, para análise e debates de teses relacionadas com a ordem política, econômica e social do País.

3. Publicar a documentação que comprova a posição assumida pelo Partido através da Direção Nacional e das Bancadas na Câmara e no Senado, quanto ao episódio parlamentar da reforma judiciária. Do texto constarão, ainda, a nota oficial do Partido, o pronunciamento do Presidente Ulysses Guimarães, os discursos dos Líderes das duas Casas do Congresso Nacional e uma apreciação crítica quanto às

disposições editadas com relação à denúncia vazia e às férias de 30 dias, quando existem projetos sobre a matéria, em fase final de elaboração legislativa, vários deles de iniciativa de parlamentares do MDB.

4. Publicar um Manual de instruções para reorganização partidária, a partir das Convenções para a eleição dos Diretórios Municipais.

5. Cumprir um calendário de visitas de dirigentes nacionais e parlamentares do Partido a todos os Diretórios Regionais, para estimular a arregimentação partidária e enfatizar a resistência democrática que o MDB representa.

6. Reivindicar, com base na legislação existente, o acesso do MDB ao rádio e à TV, para evitar o monopólio que antidemocraticamente usufrui o Governo.

7. Estruturar os setores feminino, jovem e trabalhista, a nível nacional, para uma campanha sistemática de conscientização e mobilização, nessas áreas.

Brasília, 19 de abril de 1977."

Li, assim, Sr. Presidente, o manifesto do Movimento Democrático Brasileiro, esperando que possamos prosseguir em busca da democracia e de sua aceitação — uma democracia autêntica, plena, sem conotações de totalitarismos, de inspiração profundamente cristã. Que a humanidade tenha notícia da Senhora Dora Bloch. Que a sua sagrada liberdade seja respeitada. Que os seus queridos a abracem viva e livre. Que os conceitos da **Nota** do MDB sejam pensados, ansiados e seguidos.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Vieira.

O SR. LAERTE VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos problemas mais graves que enfrenta o País é o desequilíbrio na sua balança de pagamentos. De outra parte o Governo Federal, que precisa ampliar nossas exportações, tem que reduzir as importações, especialmente as de produtos com similares nacionais.

No Estado de Santa Catarina, na Cidade de Blumenau, existe uma firma, Tintas Hering S.A., que produz tintas artísticas de alta qualidade, como atestam todos os que a utilizam, inclusive o nosso ex-Senador, e imortal membro da Academia Brasileira de Artes, Guido Mondim. O Ministério da Educação e Cultura consome os produtos da firma Tintas Hering.

Essa empresa ampliou suas instalações, estimulada pelo Governo, com empréstimos de bancos oficiais.

Surpreendentemente, verificamos que, há pouco tempo, o Conselho de Política Aduaneira, através da Resolução nº 2.836, reduziu de 117 para 17% a alíquota do Imposto de Importação de tintas e cores para tintas estrangeiras, vale dizer, coloca no mercado nacional, a preço de concorrência com a firma brasileira, um produto estrangeiro que, praticamente, segundo a denúncia que nos é feita e que tenho em mãos, é importado e reembalado no Brasil.

A firma de Blumenau faz um apelo, que transmitimos, aqui, ao Sr. Ministro da Fazenda, para que reveja esse ato, pois que está prejudicada no seu plano de expansão e terá, forçosamente, que dispensar empregados, reduzir sua produção; tem fornecimento para os órgãos oficiais — como disse, para o Ministério da Educação e Cultura. Trata-se de um produto nacional em ótimas condições, e não se compreende, numa hora desta, com todas as dificuldades que vivemos, o Ministério fazer a redução de alíquota desse produto de 117 para 17%.

Deixo, aqui, o apelo em benefício não de uma indústria de Santa Catarina, mas de um produto nacional que tem a sua qualidade atestada por todos que o consomem. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto Oliveira.

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: **O Jornal do Commercio**, de Recife, de 17 de abril de 1977, publica: "Inauguração de NORASA: um acontecimento marcante".

A vida social da capital pernambucana viveu na última sexta-feira, dia 15, um de seus dias de maior grandiosidade. A inauguração das modernas, amplas e suntuosas instalações do Nordeste Automotores S.A. — NORASA, localizada à avenida Marechal Mascarenhas de Moraes 3905, bem ao lado do Geraldão, contou com a presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, além de grande número de empresários, frotistas, banqueiros, comerciantes, distribuidores de veículos, figuras mais expressivas de nossa sociedade incluindo proeminentes nomes das classes liberais, que foram levar à alta direção da NORASA os parabéns pelo arrojado empreendimento.

Com quase 10 mil metros quadrados de área construída num projeto de rara beleza pelo seu conjunto arquitetônico, as instalações da NORASA — concessionário Mercedes Benz no Recife — se constituem nos dias de hoje numa monumental obra que será ainda no ano 2.000 uma das mais respeitadas.

Trago, também, Sr. Presidente, nesta oportunidade, meus parabéns à direção da NORASA e a Pernambuco. A NORASA é uma das empresas do Grupo Armando Monteiro, composto de Armando de Queiroz Monteiro e Armando Monteiro Filho, ex-Ministro da Agricultura, Rômulo Monteiro e outros Diretores. Este é um dos grupos mais sérios que existe no Estado de Pernambuco, cujo trabalho tem sido, sempre, pelo engrandecimento do nosso Estado. São homens que se dedicaram à vida pública e que honraram Pernambuco no Parlamento Brasileiro, bem como, de igual maneira o fizeram quando compuseram o Ministério da Agricultura. Hoje se dedicam à empresa privada, onde estão, realmente, se expandindo dentro dos critérios e dos padrões morais que orientam a formação do grande líder do Grupo, o Sr. Armando de Queiroz Monteiro. Donos da Usina Açucaú, da Usina Aripibu, da SAEL e de vários outros empreendimentos, este Grupo, realmente, merece, dos Deputados representantes de Pernambuco nesta Casa, todo o aplauso e todo o apoio, principalmente agora, quando, mais uma vez, inauguram uma das suas grandes obras em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Portanto, ocupando a tribuna aqui, quero-me congratular com todos os Diretores do Grupo Armando Monteiro, e desejar que o progresso em que eles se encontram continue por muitos anos, porque, paralelamente ao progresso privado do Grupo está, também, vinculado o desenvolvimento do nosso Estado. Daí, ocupar a tribuna do Congresso para trazer essas considerações e trazer, também, o meu aplauso e o meu apoio ao Grupo Armando Monteiro do Estado de Pernambuco. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado César Nascimento.

O SR. CESAR NASCIMENTO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Correio Braziliense, do dia 20 de abril, na sua coluna de economia, programou três notícias, que reputamos da maior importância.

A primeira, o PROGIRO para pequena e média empresa. Aplicará 7 bilhões de cruzeiros. A nota diz o seguinte:

"PROGIRO COM CR\$ 7 BI PARA PEQUENA EMPRESA

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, anunciou ontem, ante 90 banqueiros e empresários, o lançamento de um programa (o PROGIRO) destinado a conceder este ano financiamentos da ordem de Cr\$ 7 bilhões às pequenas e médias empresas de todo o País. O programa beneficiará, especialmente, as regiões mais pobres do País (Nordeste,

Norte, Centro-Oeste, Espírito Santo e todo o Polígono das Secas). Ele vai abranger as empresas de pequeno e médio porte que atuam nas áreas comercial, industrial e de prestação de serviços, proporcionando-lhes juros que vão de 22 a 27%, conforme o setor, com prazo de dois anos, o que equivale ao que, no sistema bancário, se denomina de "dinheiro de graça". A CEF acerta hoje, no Rio, as bases dos contratos."

Sobre esse tópico, Sr. Presidente, queremos fazer ao Sr. Ministro da Fazenda um apelo para que não se esqueça, também, dos Estados do Sul, principalmente o meu pequeno Estado de Santa Catarina, já apelidado — nisso não vai nenhuma diminuição, em absoluto — Piauí do Sul. Lá a pequena e média empresa, também se sentem carentes de recursos.

A segunda nota, Sr. Presidente, diz o seguinte:

**"CAIXA FINANCIA OUTRA
VEZ OS IMÓVEIS USADOS"**

Sobre esse tópico, Sr. Presidente, desejamos fazer um apelo ao Dr. Humberto Barreto, no sentido de que S. Ex^a, ao elaborar a norma desses financiamentos, conceda aos futuros mutuários a correção monetária nos moldes do Sistema Financeiro de Habitação, ou seja, que a correção das prestações se efetue anualmente e não trimestralmente, como vinha sendo feito anteriormente.

Desejamos, Sr. Presidente, fazer este apelo, porque reconhecemos, pela experiência que temos na Caixa Econômica Federal, que não há condição de qualquer mutuário receber um financiamento no prazo de dez anos, com prestação mensal corrigida trimestralmente, e de vir a liquidar este débito.

O terceiro tópico, Sr. Presidente, que reputamos da maior gravidade, trata-se do seguinte:

**"MAIS 16 LIQUIDAÇÕES
EM DEFESA DA POUPANÇA"**

Ora, Sr. Presidente, há muito que nos preocupa a proliferação das chamadas empresas de poupança e empréstimo. Aqui vemos relacionadas em vários Estados as empresas que vêm sendo liquidadas pelo Banco Central. É preciso haver mais critério, na guarda dos dinheiros públicos! A Caixa Econômica Federal, como V. Ex^s bem o sabem, já existe há mais de 50 anos, e jamais propiciou qualquer preocupação aos depositantes brasileiros. A pequena poupança enquanto era feita tão-somente na Caixa Econômica, jamais — jamais, repito — feriu o interesse de qualquer um dos seus depositantes.

Entretanto, Sr. Presidente, não é surpresa essas 16 liquidações, porque de uns anos para cá é comum verem-se em todas as colunas

dos jornais do setor econômico as notícias de liquidações dessas empresas fraudulentas. E quem paga essas liquidações, Sr. Presidente? Muita gente. O pobre, o depositante, desconhece. Somos nós. Quando fazemos qualquer empréstimo descontamos o ISO — Imposto Sobre Obrigações Financeiras.

Sr. Presidente, repito, é preciso ter melhores critérios ao se conceder autorização a firmas que queiram trabalhar com a poupança do pequeno depositante. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados e distribuídos em Avulsos os Pareceres nºs 13 e 15, de 1977-CN, das Comissões Mistas incumbidas do estudo dos Decretos-leis nºs 1.502 e 1.496, de 1976, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.499, de 20 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a prorrogação do benefício fiscal concedido às empresas comerciais exportadoras de que trata o art. 4º do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — Braga Junior — Evandro Carneira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Benjamim Farah — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio

Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Paraná

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB — Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Terrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB;

Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Matto Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Bares — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dêb Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jai-son Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leição — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Noberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacyr Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendendo que o que deve inspirar antes a ação política é exclusivamente o espírito construtivo, o sentido do bem público, no exercício do mandato representativo, procuro corresponder pontual, sincera e calorosa-

mente às aspirações e sentimentos populares. Jamais me afastei dos compromissos assumidos com o valoroso povo fluminense, do mesmo modo que nunca fiz desta tribuna um instrumento de promoção pessoal ou para formalizar denúncias ou críticas contra autoridades federais, estaduais ou municipais que pudessem de certa forma confundir a opinião pública.

Por isso, coerente com esse comportamento, registro a brilhante atuação do Sr. Jayme Vieira, Fiscal de Rendas do Estado do Rio, à frente do Departamento de Fazenda da Prefeitura do Município fluminense de Duque de Caxias. Para tanto, valho-me dos últimos balancetes divulgados que demonstram:

“A Prefeitura de Duque de Caxias apresentou um superávit da ordem de Cr\$ 2.246.017,45, na arrecadação até o mês de março último, que foi de Cr\$ 52.496.017,45, sendo que em comparação ao ano passado, no mesmo período, de acordo com a previsão orçamentária, foi acrescida a mais a importância de Cr\$ 18.673.527,24.

Tal fato se deve à dinâmica imposta pelo Departamento de Fazenda quanto à execução da nova sistemática aplicada em todos os setores fazendários, inclusive no órgão fiscalizador, que vem tendo eficaz atuação, o que possibilitou a cobrança de impostos e multas reclamados no valor de Cr\$ 930.904,31. O aumento da arrecadação, naquele período, se deve ao maior número de contribuintes que foram cadastrados.”

Que o trabalho desenvolvido pelo atual Diretor do Departamento de Fazenda Municipal e seus operosos auxiliares se transforme no cunho enobecedor das atividades sociais, como elementos essenciais à convivência humana com os direitos correspondentes à sua contribuição para o bem comum.

Em outras palavras: que o fortalecimento do erário municipal concorra para o crescente desenvolvimento de Duque de Caxias e a felicidade do seu laborioso povo.

Esta, a mensagem de confiança no futuro da minha querida cidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr. Congressistas:

Comemorou-se dia 19 último no Brasil e na América inteira, o “Dia do Índio”, aqui instituído pelo Decreto-lei nº 540, de 1943, quando o Marechal Rondon dirigia o Conselho Nacional de Proteção ao Índio, depois de quinze anos na direção do Serviço Nacional de Proteção ao Índio, onde realizara obra notável de pacificação das tribos e de respeito aos costumes e instituições tribais.

Vale dizer que todo o Continente, numa homenagem à gente ameríndia, aqui encontrada pelos descobridores, procura significar sua gratidão a uma das raças formadoras de todas as nacionalidades americanas e que, em quase todas elas, sobrevive, ainda, em grupos esparsos ou em comunidades parcialmente aculturadas, enquanto a maioria se integrou plenamente no processo civilizatório.

Neste momento, cumpre lembrar, em primeiro lugar, os heróis indígenas da nossa formação histórica, como Ajuricaba, o invencível mártir amazônico, morrendo para demonstrar que “esta terra tem dono”; como Ararigbóia, aliando-se aos portugueses, sob a orientação dos jesuítas, para afastar os invasores franceses do litoral fluminense; como D. Felipe Camarão, o famosíssimo Poti da Guerra da Insurreição Pernambucana e o cacique Arcorverde, mobilizando os seus arcos para, ao lado do negro Henrique Dias, compor o primeiro exército brasileiro, na defesa da integridade do nosso território, no Nordeste.

Cumpre-nos, também, tornar presente à memória dos contemporâneos a figura singular de José Bonifácio que, no Império, se transformou no apóstolo civil da integração, apresentando, à nossa primeira Assembléia Constituinte, os seus famosos cinco princípios para a civilização dos gentios, em que os reconhecia como primeiros e naturais possuidores da terra e advogava que os tratássemos como mandavam os nossos melhores sentimentos cristãos.

A anterioridade do trabalho catequético, de Anchieta, Navarro, Nóbrega e Vieira — este destemido defensor, junto à Coroa, de uma raça perseguida e humilhada — antes serve de moldura à pregação de José Bonifácio, a quem o Marechal Rondon seguiu, já então informado pelas modernas conquistas da Antropologia Social, na intransigente defesa dos nossos silvícolas. Não podemos, ademais, esquecer os pacificadores de tribos, neste século, como o Tenente Manuel Rubelo, que morreu com as estrelas do generalato; os irmãos Silo e Francisco Meireles, o Padre Calleri, sacrificado numa dessas missões pacíficas, e quantos tornaram válida, nesses contactos, a divisa de Rondon: "Morrer, se preciso for, matar, nunca". E, dentre os contemporâneos ainda vivos, o pernambucano Cotrim, os paulistas Cláudio e Orlando Vilas Boas, sobretudo os missionários religiosos que, gratuitamente, penetram a selva para proteger os remanescentes indígenas no País, congraçando-se o Conselho Indigenista Missionário à Fundação Nacional do Índio, num esforço que exige a compreensão e a solidariedade de todos os brasileiros.

Ao comemorar a data, sob as inspirações do nosso civismo e gratidão patriótica, queremos fazer votos para que, respeitadas suas posses territoriais e seus costumes e instituições tribais, possam as comunidades indígenas remanescentes integrar-se, brevemente, na comunhão nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Peço a V. Ex^a que se transcreva nos Anais do Congresso a crônica publicada no jornal *O Estado do Paraná*, datado de 14-4-77, do General e ex-Prefeito de Curitiba, Sr. Iberê de Mattos:

"O CRIMINOSO PASSEIO DO TRIGO"

Há muito tempo se discute um dos absurdos mais gritantes da orientação adotada pelo Ministério da Agricultura, que é o denominado passeio do trigo, indo para São Paulo e voltando ao Paraná sob a forma de farinha. Se outros motivos não existissem bastava a consequência imediata da economia do combustível gasto em tão estranho passeio, que é quase criminoso. A medida estaria enquadrada no Plano Nacional de Racionalização do Consumo de Combustíveis, e é mesmo incrível que após tantos apelos feitos pela televisão não se tome uma iniciativa que representa uma economia de 10 milhões de litros de óleo diesel por safra.

Recebi cópia de um requerimento apresentado na Câmara Municipal de Maringá pelo Vereador Antenor Sanches, no qual ele apela para as autoridades federais no sentido de que seja dada permissão às firmas proprietárias de moinhos de trigo, localizadas nas regiões produtoras do Paraná, para requererem cotas de moagem.

Entre as vantagens apresentadas está a economia de combustível já citada, e mais o estímulo ao estabelecimento de indústrias de moagem nas zonas produtoras; a produção de farelo na região onde há criação de suínos, gado leiteiro e aves; o fato de surgirem novos empregos e um acréscimo da ordem de 60 milhões na arrecadação de ICM para o Estado do Paraná. Além disso tudo há, como vantagem principal, a economia de divisas consumidas na importação de trigo que seria resultante do estímulo à produção.

O que é estranho é o fato de todos saberem que o Brasil está sofrendo um abalo econômico consequente da brutal elevação de preço do petróleo e não se ter cogitado, mais racionalmente, de medidas para enfrentar essa situação. Fala-se em economia de gasolina e de óleo diesel para que a nossa balança comercial não seja tão deficitária, mas, ao mesmo tempo, se esquece que qualquer aumento da produção de trigo representa, evidentemente, uma redução das importações. Entre economizar combustível, que é fundamental para o desenvolvimento econômico, e aumentar a produção de trigo, não há dúvida alguma que a segunda alternativa deve ser a preferida. Cada dólar economizado na importação de

trigo servirá para aliviar o pagamento do combustível importado.

Uma das metas mais importantes de nosso desenvolvimento é a auto-suficiência obtida com a produção de trigo se igualando ao consumo, e, por incrível que pareça, foi negado aos produtores o preço mínimo que pleiteavam. É claro que a produção somente poderá crescer se houver um preço satisfatório para o produtor, a não ser que se apele para o patriotismo, que, nesses casos não funciona, porque ninguém se conforma em não receber um justo pagamento para o seu trabalho.

Assim considerando surge, como imposição das circunstâncias, uma orientação em que se ampare tecnologicamente o plantio de trigo e se dê um preço compensador, ou melhor ainda, um preço que proporcione rentabilidade estimulante ao produtor. Será que alguém pensa que haveria um aumento tão impressionante da produção de soja sem um preço satisfatório? Ninguém pode se iludir com a hipótese de se exigir espírito de renúncia ao preço alto da parte de um produtor que já é sacrificado com as condições climáticas, tantas vezes adversas.

Resumindo, o aumento da produção de trigo equivale a um alívio na balança comercial e maior disponibilidade de dólares para o pagamento do petróleo. Essa conclusão é evidente, principalmente pelo fato de nós não podermos influir no preço do petróleo, que é imposto pela OPEP, e nada nos impedir de fixarmos um preço para o nosso trigo que seja estimulador da produção. É também uma vergonha nós importarmos trigo, com um território de 8.511.965 km², e produzirmos menos do que a pequenina Holanda, com 35.540 km², ou seja, praticamente um terço do Estado de Santa Catarina."

Sr. Presidente, nacionalismo para não entregar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes pares do Congresso Nacional:

Sobre esta tribuna estão dois livros; naturalmente não vou lê-los, apenas referir-me a alguns trechos, se o tempo o permitir.

"Durante treze anos e dois meses, retido em prisões comunistas, fui sustentado por duas coisas: A primeira é que eu sabia que a minha vida estava verdadeiramente nas mãos de Deus, e não nas mãos de meus carcereiros comunistas; e a segunda é que eu talvez poderia sobreviver para um dia dar meu testemunho, contando o que presenciei. O propósito deste livro não é de mostrar a depravação dos homens — o que experimentei dia e noite durante mais de treze anos — mas antes, é o de demonstrar o irresistível amor de Deus. Se alguma coisa tiver de ser salientada neste livro, que seja a verdade avassaladora do amor de Deus, em meio à bestialidade humana.

Na prisão aprendi como nunca a lição do amor. Embora eu já tivesse pregado sobre o amor de Deus em muitos púlpitos, pude perceber o Seu amor sob um novo aspecto, no negro desespero de celas subterrâneas e nas fisionomias de incontáveis colegas de prisão. Despido de todas as coisas materiais e de todas as distrações, encontrei maior realidade em Deus do que jamais conhecera antes. A verdade com frequência brilha mais intensamente onde as circunstâncias são mais negras.

Não faço ataques políticos neste livro, pois vejo o comunismo não apenas como uma força política, mas também como um "sintoma" de uma enfermidade espiritual muito mais profunda. É a "religião" do ateísmo militante. A incapacidade de destruir a fé em Deus é o "calcanhar de Aquiles" do comunismo. Os comunistas temem desesperadamente a fé em Deus. Nunca as palavras de Paulo se mostraram mais

verazes do que quando ele disse: "Nossa luta não é contra a carne e o sangue".

Porém, tenho uma outra razão para haver escrito este livro. Há muitos boatos falsos no estrangeiro, em nossos dias, no sentido de que o comunismo estaria "afrouxando" para com a religião, e que as práticas do passado, apesar de prosseguirem más, estão no fim. Fiquei chocado ao ver quão largamente é aceito esse ludíbrio dos comunistas. É conceito completamente errôneo. Na realidade, o cristianismo está sendo atacado com maior severidade, por detrás da Cortina de Ferro, do que nunca fora antes. Muitas pessoas continuam morrendo nos cárceres.

Ao invés de tentar destruir a Igreja atacando externamente, na Rússia e em outros países o comunismo está subvertendo e controlando a mesma internamente. Ao invés de darem fim à Igreja com um único golpe brutal, o comunismo atualmente procura estrangular lentamente a Igreja, pedaço por pedaço. O ataque, em nossos dias, tanto é mais sutil como é mais perigoso.

Nos países comunistas a religião não é livre e franca como alguns proclamam. Mas também não pode ser destruída. Ela está viva e crescente, mesmo debaixo da perseguição, tal como sucedeu à Igreja Primitiva. De fato, no mundo comunista está viva uma Igreja Subterrânea. Suas similaridades com a Igreja Primitiva são extraordinárias. E a fim de apresentar o meu testemunho e a história da Igreja Subterrânea que escrevo este livro. Dedico-o aos milhares de nossos colegas cristãos, que têm morrido encarcerados, muitos deles ao meu lado, e também ao corpo de Cristo que atualmente é torturado no mundo comunista.

Haralan Popov"

Sr. Presidente, terminando, passo ainda a ler o seguinte:

"Às quatro horas da madrugada de 24 de julho de 1948, a campanha da porta começou a tocar insistentemente e sem parar. Levantei-me sonolento, vesti o robe e fui atender à porta. Achavam-se ali três estranhos, dois deles em vestes civis, e outro uniformizado. "Viemos a fim de revistar-lhe a casa", disse o líder, em vestes comuns, ao mesmo tempo que adentrava a casa silenciosa, passando por mim. Minha esposa, Rute, ouviu o barulho e veio ajuntar-se a mim na sala de estar, onde, perplexo, observávamos os três homens rebuscarem a casa inteira. Enquanto rebuscavam, pensei: finalmente, chegou. Agora é a hora, por fim.

Eles procuraram por toda parte — entre os livros, nos leitos, nas estantes, nos armários, nas gavetas — durante três horas. Não deixando de ver coisa alguma! Quando o sol começou a brilhar, cerca das sete horas da manhã, voltaram-se para mim e me ordenaram que os acompanhasse. Eu teria que ir com eles, apenas para "um ligeiro interrogatório", conforme explicaram.

Eu não fazia a menor idéia que aquele "ligeiro interrogatório" se prolongaria por treze anos intermináveis, de tortura e encarceramento. Quando me levavam à porta de saída, mal vestido, Rode, minha filhinha, se acordou e veio correndo para a sala de estar. Com a percepção pronta de criança, ela entendeu que seu pai estava sendo levado. Rompeu em lágrimas e começou a chorar com todo o seu pequenino coração — seu corpo tremia e se sacudia com os soluços.

"Estão levando o papai. Estão levando o papai!" repetia ela.

A cena simplesmente era demais para mim, e afloraram lágrimas em meus olhos, quando abracei Rode. Por muitas vezes assegurei-lhe que voltaria imediatamente, embora, lá bem no íntimo, eu soubesse que aquele era o golpe que eu viera aguardando. Mas o coração de Rode estava partido, a despeito de todos os meus protestos. Ela simplesmente não se deixava consolar. Penso que de alguma maneira — ao modo das crianças — ela sabia que talvez nunca mais veria o seu

pai. Com lágrimas a aflorarem quietamente em meus olhos, despedi-me de Rute e de Rode com um beijo, sabendo que talvez nunca mais as visse.

Durante todo aquele tempo meu filhinho Paulo dormia, e nunca tive a oportunidade de despedir-me dele. Mais tarde, Rute disse-me que, após eu ter partido, ela caiu de joelhos e orou, entre lágrimas, que eu fosse devolvido antes do cair da noite. Após duas ou três horas, ela foi visitada pela esposa do pastor Manoloff, que lhe disse que seu marido também fora levado embora.

Caminhando para a delegacia de polícia entre os três homens, por volta das sete horas da manhã, eu tinha a cabeça erguida. Enquanto a "parada" de quatro homens descia a rua, pude sentir os olhos de meus amigos, vizinhos e membros da igreja, fixos em mim. Eu sabia que desde a minha conversão eu servira exclusivamente a Deus, e que estava nas mãos de Deus. Do fundo do coração clamei a Deus, pedindo-lhe a graça de poder suportar tudo quanto estivesse à minha espera.

Na delegacia de polícia fui revistado da cabeça à ponta dos pés; e então fui trancado em uma cela. Dentro já se encontrava outro homem, um armênio. A cela era imunda, repleta de papéis e lixo. Em um canto estava um velho e rachado pote de barro, que nos servia de "latrina". Transbordava, e o mal cheiro que vinha dali era terrível. Fiquei a andar para frente e para trás, das oito horas da manhã às oito horas da noite, profundamente preocupado com Rute, Rode e Paulo.

Começam as Noites Intermináveis

Às oito horas da noite abriu-se a porta de minha cela, e um jovem me ordenou que o acompanhasse. Ele me levou ao segundo pavimento, a um escritório belamente mobiliado, onde me apresentou a um outro jovem. Foi-me dito que eu deveria tratá-lo de "Sr. Inspetor". Fiquei em frente do "Sr. Inspetor", e ele me lançou a queima-roupa a primeira pergunta:

"Sabe qual é a diferença entre a milícia e a polícia?"

Pensei que a pergunta fosse uma piada, e respondi:

"Não, não sei. Nunca me interessei por essas questões policiais". Minha resposta o irritou, e ele gritou: "Não tente brincar comigo, prisioneiro Popov. Fique de pé, voltado para a parede, e não se mova!"

Isso soa como um pequeno castigo; mas posso assegurar que é algo muito extenuante e doloroso para o corpo inteiro, especialmente para a parte do meio da coluna.

O "Sr. Inspetor" continuou a fazer-me a mesma pergunta, das oito horas da noite até à meia-noite, estando eu rigidamente de pé. A cada cinco ou dez minutos a questão era repetida: "Você sabe a diferença entre a milícia e a polícia?" Procurei explicar que não sabia. Quando eu percebi que não estávamos chegando a lugar nenhum, parei de responder. Ele gritou: "Nós lhe ensinaremos uma lição! Levante os braços pra cima e não mova um músculo!"

Finalmente, cerca de meia noite, o "Sr. Inspetor" disse: "Vou dizer-lhe a diferença entre a milícia e a polícia. A polícia é empregada para resguardar os interesses dos capitalistas ricos, e a milícia cuida dos interesses do povo trabalhador honesto". Então foi-me permitido baixar os braços.

Foi uma dura "lição" em semântica comunista que eu acabara de aprender!

Meus braços pesavam como troncos. Então foi-me feita uma outra pergunta. "Diga exatamente por que está aqui". Respondi que três homens tinham ido à minha casa, naquela manhã, e que me tinham trazido ali. Eu estivera em uma cela o dia inteiro, e ninguém me dissera coisa alguma. Porém, ele replicou: "Não, você sabe por que está aqui".

"Mas, não tenho certeza", respondi, embora eu fizesse uma boa idéia do motivo.

Depois de haver repetido a pergunta por uma hora, o "Inspetor" disse: "Agora eu me vou embora. Fique aqui de pé até pela manhã. Voltarei amanhã de manhã para saber sua resposta, e então veremos se você se mostrará mais esperto do que agora".

Ele me deixou aos cuidados do jovem chamado Jordan, que me retirara da cela. Jordan passou a noite sentado em uma cadeira, por detrás de mim, estando eu de frente para a parede. Eu não sabia, então, que não passaria "defronte da parede" apenas por uma noite, mas que mais tarde seria forçado a fazê-lo por duas semanas!

As últimas horas da noite, entre as três da madrugada e as sete da manhã, foram as mais difíceis. Após ter ficado voltado de rosto para a parede a noite inteira, sem um momento de sono, aquelas horas me pareceram longas como a eternidade. Finalmente, raiou a manhã, e Jordan me levou de volta para a cela. O armênio quis dar-me alguma coisa para comer, mas eu preferi esticar-me no beliche de tábuas e descansar. Estava tão cansado que só queria dormir; mas percebo em profusão, que havia no leito, além de grande número de bichinhos rastejantes, me mantinham acordado. Antes de dar-me contas, meu corpo estava coberto daquelas criaturas, e me era impossível dormir. Eu tive de levantar-me e comecei a caminhar para lá e para cá. Mais tarde ouvi comentários que as celas eram propositalmente infestadas de insetos, piolhos e vermes, para que as condições dos prisioneiros se agravassem. Nunca descobri se isso era verdade, mas suspeito que assim era de fato. Havia exércitos deles.

Agora era domingo, 25 de julho, e pela primeira vez, em muitos anos, não passei um domingo com a igreja. Ajoelhei-me em minha cela, e meus pensamentos se voltaram para meus irmãos e irmãs em Cristo, que estariam adorando, naquele momento. Orei em favor de meus filhos e de minha esposa, a quem eu deixara sem dinheiro e sem alimentos. Como eu gostaria de ter estado com eles! Pedi ao Senhor que cuidasse deles no futuro, sem importar o que este lhes reservasse. Eu sabia que a Grande Perseguição tivera início, por amor a Cristo. Através da história cristã isso já ocorrera por muitas vezes; e orei lá bem do íntimo que Deus me desse forças para equiparar-me aos discípulos e mártires da Igreja Primitiva. Por certo que eu não poderia fazê-lo com minhas próprias forças. Um grilo cantou de algum lugar, entre as tábuas apodrecidas das celas, e a minha alma abatida sentiu-se enlevada e minha fé em Deus foi renovada."

Prosseguindo, ele termina dizendo o seguinte:

"Os interrogatórios por uma noite inteira continuaram durante uma semana. O método era sempre o mesmo"

Por aqui vê-se o desrespeito à pessoa humana que se dá em vários países do mundo. Possivelmente, uns mais e outros menos. É uma criatura que lutou pela sua fé, não negando o seu Senhor Deus, sofrendo perseguições e torturas em prisões, segundo S. St disse, por quase 14 anos.

Para terminar, Sr. Presidente, vai falar esta semana na cidade de Brasília o Sr. Richard Wurmbrand, que também ficou preso 14 anos, em prisões comunistas. Aqui está o seu livro **Cristo em Cadeias Comunistas**. Este grande pregador, que é da Igreja do ilustre Presidente da República, a Igreja Luterana, vai falar nos dias 27 e 28, no Ginásio de Esportes, Presidente Médici, quando vai explicar que, atrás da Cortina de Ferro, não há respeito à Pessoa Humana.

Deixamos, aqui, o nosso protesto veemente contra o desrespeito aos direitos de ser Racional e contra os sofrimentos dessas criaturas de Deus e dos homens. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTÁCILIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por singular, incrível que pareça, a história de

transportes, relacionada à Capital do meu Estado, João Pessoa, pode hoje se constituir numa verdadeira **via crucis**.

Podemos relatar uma série de entraves que ali têm existido, têm sido resolvidos parcial ou totalmente. Se nos voltamos para o problema portuário da Paraíba, tem sido uma luta instantânea, uma luta dura para que o Estado, com seu porto bem próximo a João Pessoa, tenha esse movimento portuário regular. Agora, sem dúvida, graças às providências do Governo, do Senhor Presidente da República, melhorou um pouco.

Por outra, temos o transporte de aviões. O aeroporto de João Pessoa, um bom aeroporto, embora pequeno, levou anos a fio para ter pousada de aviões. Depois de tanto trabalho e de tantos apelos, agora é que se consegue o pouso de aviões ali e, para surpresa da companhia aviatória — a VASP — esse movimento logo cresceu admiravelmente e com os melhores resultados. Mas a Paraíba não tinha avião para lá, não tinha transporte aviatório.

Com relação ao transporte ferroviário, agora suprimem-se as velhas e tradicionais ligações, transporte ferroviário urbano, para as cidades do Brejo e capitais próximas a João Pessoa, e isso com seriíssimos gravames sobretudo para as populações carentes.

Quero até acentuar, neste aspecto, o interesse de vários homens públicos da Paraíba, de eminentes figuras, dentre as quais destaco o Senador Ruy Carneiro, que foi sempre um lutador, para que sejam dados os transportes devidos à Capital do nosso Estado.

A motivação exata da minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente, é pedir providências ao Sr. Ministro Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações, com relação ao problema de ligações telefônicas para João Pessoa. Afirma-se que há, realmente, uma reforma de redes lá. Nós, ou qualquer usuário fora do Estado, não conhecemos isso.

Soube, ultimamente, que essas reformas, esse trabalho de alteração da rede, já vem ultrapassando de muitos dias e até meses. E é com sacrifício tremendo que, nesta hora, qualquer pessoa interessada em manter contato com João Pessoa consegue uma ligação telefônica. É um verdadeiro sofrimento. Nem as telefonistas, coitadas, dedicadas ao seu trabalho, podem dar resposta satisfatória, porque umas, afirmam a ligação, daqui para João Pessoa, tem que ser feita por via Campina Grande; outras, que a ligação é manual, e está a cidade em matéria de comunicação telefônica, a Capital da Paraíba, quase ilhada, quase isolada.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, por intermédio de V. Ex^a, faço um apelo ao Sr. Ministro Quandt de Oliveira para que nos dê, a todo o público usuário dos telefones para João Pessoa, uma satisfação, uma explicação, uma promessa exata de quando esses telefones serão, realmente, restaurados pelo sistema DDD.

O que não podemos ficar é no sistema de adivinhação e na tortura de passar horas a fio à espera de uma ligação, quando todo o País está ampla, plena e vertiginosamente ligado pelo sistema de telefone.

Deixo, aqui, o meu apelo ao Sr. Ministro Quandt de Oliveira, para que tenhamos em breve a normalidade dos serviços de ligação telefônica com João Pessoa, Capital da Paraíba. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De parte do meu Estado e do Governo Federal, já estão entendendo como válida a luta que aqui tenho procurado desenvolver, simplesmente para corrigir uma injustiça gritante e que resultará em benefício para o Estado e até para o Brasil.

Eu comecei lutando para que a cota de cem dólares, com que tem direito de sair cada turista, passasse para duzentos. Não compreendeu, não entendeu o Ministério da Justiça, a Secretaria da Receita Federal, finalmente, o Governo.

Voltei a esta tribuna oferecendo uma outra sugestão: a de que o turista que se dirigisse para a Zona Franca de Manaus tivesse o direito de trazer mercadorias em valor igual ao da sua passagem. Com isto se estabeleceria o critério de que quem saísse de Brasília teria

direito a x; do Rio de Janeiro, São Paulo ou Porto Alegre, a y. Logicamente, se gastou mais, se desembolsou mais, poderia ter direito a trazer, também, da Zona Franca de Manaus, mais mercadorias. Ficou sem ser ouvida esta tese.

Mas, finalmente, agora parece-me que o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, está compreendendo. Só que não tem a dignidade — e isso não é estranho — de fazer uma referência a respeito de quem deu a sugestão e de quem lutou por ela. São outros os “pais da pátria”, são outros os paternalistas da idéia. Mas a mim isto não importa. O que importa é que seja posta em prática, ainda que com outra paternidade, porque ela é válida para o Estado, é válida para o turista em si, é válida, finalmente, porque estabelece um critério de justiça, em que o homem que sai de Brasília terá hoje o mesmo direito que o que sai de Porto Alegre, com mais que o dobro do desembolso no valor da passagem.

Desejo congratular-me com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria da Receita Federal, na hora em que compreenderem realmente que este é um critério válido, isto que deveria já ter sido posto em prática desde o início da Zona Franca de Manaus.

Ainda não está concretizada a medida. Fala-se que o Ministério da Justiça e o Governo Federal já aceitaram e que, a partir de junho, será posta em prática a nova modalidade.

Faço votos seja assim, Sr. Presidente, e verifico que a luta que tenho desenvolvido aqui, com outros companheiros, em favor de uma região que ainda carece muito do Governo, não é de todo inútil. Demoram a entender. As mentalidades parecem ainda estar lá no fundo da terra. Mas, de tanto se bater na tecla, entendem. E, apesar de não ser uma das grandes realizações, é de alguma valia para o meu Estado esta compreensão do Ministério da Fazenda, permitindo ao turista, que vai à Zona Franca de Manaus, trazer mercadorias de valor igual ao da passagem que ele pagou (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 43, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.529, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.502, de 22 de dezembro de 1976, que revoga o Decreto-lei nº 1.425, de 3 de novembro de 1975, que autoriza restituição do Imposto sobre Produtos Industrializados à TELEBRÁS, suas subsidiárias, associadas e demais concessionárias dos serviços de telefonia.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.496, de 20 de dezembro de 1976, que altera a redação do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções, e dá outras providências, modificado pelo Decreto-lei nº 1.402, de 23 de maio de 1975.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 16-3-77 (Publicada no DCN de 17-3-77)

RETIFICAÇÃO

No Decreto-lei nº 1.504, de 23 de dezembro de 1976, que altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas, e dá outras providências:

Na página 247, 2ª coluna, no art. 1º do decreto-lei,

Onde se lê:

Art. 1º O Art. 8º do Decreto-lei nº 1.455, ...

Leia-se

Art. 1º O Art. 3º do Decreto-lei nº 1.455,...

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00